

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 2 de junho de 2000

Ano 2 Nº 29

Deputados buscam acordo para a greve dos professores

O presidente Gilmar Knaesel (PPB) liderou a comissão suprapartidária que esteve reunida nesta quinta-feira (1º) com o governador Esperidião Amin, com o objetivo de abrir o canal de negociação para a greve dos professores, paralisados há quase 60 dias.

Participaram da reunião os deputados Onofre Agostini (PFL), Ideli Salvatti (PT), Odete de Jesus (PPB), Manoel Mota (PMDB), Sandro Tarzan (PTB) e o vice-líder do governo na Assembléia, Joares Ponticelli (PPB).



Parlamentares cobram reinício das negociações

Todos os parlamentares foram unânimes em afirmar que é preciso buscar uma solução para a greve do magistério. “Isso não é bom para ninguém, e o governo está sofrendo um desgaste muito grande”, afirmou Manoel Mota. Na opinião de Ponticelli “o diálogo deve ser conduzido via Secretaria de Educação”.

Amin deixou claro aos deputados que o governo não tem condições financeiras e legais de conceder qualquer reajuste salarial aos professores. Disse também que o Estado já pagou R\$ 132 milhões em salários atrasados e que faltam mais R\$ 180 milhões para serem pagos. “Estamos abrindo mão de várias aspirações para diminuir o buraco, e todo esse esforço não será jogado fora por conta de uma decisão política”, disse referindo-se à greve. Afirmou, ainda, que o Sinte está equivocando ao declarar que o Estado está aplicando de forma indevida os recursos

do Fundef e que o governo não gasta 60% do orçamento com o pagamento de pessoal. “Se provarem que o Estado aplica errado, vamos corrigir. Salvo novas receitas ou nova redução de despesas, não há como ofertar nada aos professores”.

A deputada Ideli reafirmou que a greve é legítima. “Nenhum sindicato sustenta uma greve por tanto tempo se não estiver convencido que as reivindicações são justas”, declarou.

Os deputados reiteraram ao Governador e à secretária da Educação, Miriam Schlickmann, que chegou apenas no final da reunião, a necessidade de um diálogo com os professores. “Conversar o quê?”, questionou a secretária, numa alusão de que não existe proposta salarial aos professores em greve. Um encontro entre a secretária e o comando de greve deverá ser marcado para os próximos dias.

Linhas de crédito para estimular o agroturismo

Página 4

Preço da gasolina começa a cair em quase todo o Estado. CPI dos Combustíveis promete processar judicialmente os postos que não baixarem os preços

Página 8

OPINIÃO

Salário mínimo: importância social



São facilmente identificados os momentos da história em que o sentido e os objetivos da criação do salário mínimo são distorcidos. A solução para um problema social que atinge milhões de brasileiros que têm como única relação de sua mão-de-obra e sustento o suado salário mínimo transformou-se num dilema, tendo o valor de R\$151,00 ficado muito aquém do esperado, segundo o governo, em função das restrições orçamentárias. Assim, mais uma vez perdeu-se a oportunidade de avançar na discussão da importância social do salário mínimo.

A cada dia torna-se mais evidente a necessidade de resgatar e reafirmar a dimensão do que representa o salário mínimo, principalmente o caráter social de sua abrangência, que hoje vem sendo utilizado muito mais nas discussões demagógicas com vistas a resultados eleitorais.

O salário, no Brasil, há muito tempo tornou-se uma das principais variáveis de ajuste da política econômica de diferentes governos, mas todos têm mostrado que as desculpas para não tornar o salário mínimo algo como instrumento de resgate da dignidade e da cidadania são as

mesmas e passam fundamentalmente pela inflação, aumento do desemprego, quebra das finanças públicas e inchaço do déficit da previdência.

Outro absurdo usado para justificar o baixo reajuste dos salários é a alegação da irrelevância do salário mínimo como referencial para a taxa de salários, tendo como argumento que grande parte dos trabalhadores organizados sindicalmente dispõe de mecanismos próprios para estipular o seu piso profissional. Temos certeza, porém, que a partir de sua instituição, o salário mínimo vem perdendo seu poder de compra e a economia brasileira vem consolidando um padrão de distribuição de renda muito desigual (segundo o Dieese, o salário mínimo representa hoje apenas 23,86% do seu valor em julho de 1940).

Cálculos do Dieese feitos mensalmente a partir do custo da alimentação básica em 16 capitais indicam que o salário mínimo, para cumprir o preceito constitucional, deveria ser, em março de 2000, de R\$ 967,21 para uma família de quatro pessoas. Podemos perceber que é gritante a diferença entre este valor e os R\$ 151,00 arbitrados pelo governo!!!

Deputado Francisco de Assis (PT)

A energia do milênio



Inesgotável, limpa e pouco divulgada, a energia solar é, com certeza, a energia do novo milênio. Recentemente, mostramos na Assembléia as potencialidades e vantagens da energia eólica, obtida dos ventos. Mas a energia solar, por seu espectro, chega a ser ainda mais vantajosa, serve tanto à conquista espacial quanto à locomoção dos nossos automóveis.

Essa forma de energia já conta com experiências bem-sucedidas no Estado, sempre lideradas pela Celesc. Exemplo mais

marcante é o projeto-piloto instalado na Ilha do Guará, área de Florianópolis, onde se localiza o Centro de Treinamento do Corpo de Bombeiros da PM. Ali foi montado um sistema fotovoltaico (captação da energia solar), que converte a luz do sol em energia elétrica. O sistema possui potência de 2 kw e permite uma reserva de energia para abastecer a ilha por uma semana, sem sol.

A Celesc está também montando um sistema fotovoltaico pioneiro, no qual funciona uma central de mais ou menos 5 kw, operando em paralelo com um sistema de geração diesel na Ilha de Ratoles, onde se localiza a Fortaleza Santo Antônio, administrada pela UFSC.

A geração de energia utilizando os ventos ou o sol não é mais apenas uma filosofia, "um sonho de ecologista", mas uma opção real e já viável

comercialmente. Que o diga a experiência de países do chamado Primeiro Mundo. Na corrida espacial, por exemplo, a energia solar é o "grande achado", pois foram as placas fotovoltaicas que permitiram o fornecimento de energia para o funcionamento dos satélites.

Os painéis fotovoltaicos custavam 80 mil dólares por kw na década de 60, quando teve início a corrida espacial, hoje o custo de 1 kw está em torno de 5 mil dólares. Essa redução substancial dos custos permitiu-nos criar uma expectativa favorável de diminuição ainda maior desses custos, com a ampliação do mercado para próximo dos mil dólares o kw, ainda nesta década.

Se comparada às demais concessionárias do Brasil, a Celesc está na vanguarda da utilização da tecnologia fotovoltaica, pois enquanto outros estados aplicam essa tecnologia em tensão contínua, diretamente da bateria, a Celesc está utilizando inversores para transformar corrente contínua em corrente alternada em tensão de 110/220 volts e frequência de 60 ciclos, para que os usuários utilizem equipamentos normalmente adquiridos no comércio.

Em Santa Catarina, graças à competência empresarial da Celesc, poucos são os catarinenses que não dispõem de energia elétrica, e com o programa do governo "Luz no Campo", com o programa de instalação de sistema fotovoltaico, pelo qual não se pode levar energia de modo convencional, teremos até o final do Governo Esperidião Amin, 100% da população servida com energia elétrica.

Deputado Valmir Comin (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (sem partido)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Isenção do imposto é inconstitucional

Prefeitos do Sul reivindicam apoio da AL para receber impostos do gasoduto Brasil-Bolívia

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), e os deputados Manoel Mota (PMDB), Ronaldo Benedet (PMDB), Valmir Comin (PPB), Júlio Garcia (PFL) e Clésio Salvaro (PFL) receberam nesta quarta-feira (31) prefeitos e representantes de dez municípios da região Sul. Os prefeitos vieram reivindicar apoio do Legislativo para reaver o imposto municipal (ISS) referente à obra do gasoduto Brasil-Bolívia. A isenção do imposto foi concedida pelo Governo Federal, o que é inconstitucional, pois a União não pode decidir pelo perdão de um tributo pertencente ao município. "O que temos aqui é mais um caso de agressão ao Pacto Federativo pois apenas quem cobra o tributo pode isentar", afirmou Knaesel.

Os prefeitos querem uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida da União. A possibilidade legal de o Legislativo entrar com a ação em defesa dos municípios será analisada pela procuradoria jurídica da Casa. "Existe o interesse político de agir nesta questão, já que estaremos defendendo os nossos municípios, porém precisamos ter os necessários instrumentos jurídicos para fazer isso. É preciso estudar a instru-

mentação do caso para que ao longo do processo a Assembléia não sofra danos e desgastes no âmbito judiciário", justificou o presidente.

Alguns prefeitos conseguiram aprovar a isenção através dos seus legislativos,

que a transformaram em lei. Outros assinaram decretos concordando em abrir mão do imposto, que podem ser revogados, porque isso é inconstitucional. Em ambos os casos, os prefeitos querem regularizar a situação.

AL realiza seminário sobre Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente aprovada pelo Congresso Federal, será alvo de discussão por deputados estaduais e assessores na próxima terça-feira, às 9h30min., no plenarinho da Assembléia Legislativa. O evento é uma iniciativa do presidente do Poder, Gilmar Knaesel (PPB). O consultor Weder de Oliveira, engenheiro e ex-auditor fiscal do Tesouro Nacional e da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, será o palestrante.

A lei, que é bastante complexa e atinge diretamente União, Distrito Federal, Estados e Municípios, estabelece uma nova sistemática na execução orçamentária e transparência na aplicação dos recursos do orçamento.

Isso vai fazer com que os governantes tenham uma preocupação maior com as despesas com pessoal e liberações de recursos para entidades e organizações.

Os parlamentares irão discutir ainda aspectos da lei complementar no que diz respeito à definição do limite de endividamento do Estado. Isso é de suma importância, uma vez que o Poder Legislativo é o responsável pela fiscalização das despesas efetuadas pelo Estado. "Esta questão representa um grande avanço para a sociedade, porque o desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece sanções de natureza institucional. Outras penas serão elencadas através de uma nova lei que está tramitando no Congresso", explicou Knaesel.

Vereadores do Sul pedem orientação à CPI do Narcotráfico



(foto: Jonas Lemos Campos)

Uma comissão de três vereadores da CPE da Câmara Municipal de Criciúma que investiga em nível local o narcotráfico e o crime organizado esteve durante todo o dia 30 na Assembléia a fim de solicitar mais informações sobre os denunciados naquele município e adjacências. Foram recebidos pelo Presidente Knaesel, e o relator da CPI do Narcotráfico, deputado Adelor Vieira (sem partido), ficou de fazer um levantamento das denúncias e encaminhá-las à CPE.

Presentes os vereadores Douglas Matos (PC do B), Maria Calil do Canto (PMDB) e Antônio Fernandes Isidoro (PPS), bem como o assessor jurídico da CPE, Geovani Zapellini.

COMISSÕES

Comissão de Turismo discute Prodetur

O presidente da Santur, Flávio José de Almeida, esteve nesta semana na Comissão de Turismo e Economia da Assembléia, presidida pelo deputado Francisco de Assis (PT), onde fez uma explanação sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Prodetur/SC). O programa é destinado a obras de infra-estrutura, com 60% de recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e uma contrapartida de 30% do governo do Estado e 10% da União. De parte do BID, os recursos somam 140 milhões de dólares.

Almeida destacou a alta temporada de verão, as festas de outubro, o turismo temático, rural e religioso, o ecoturismo, em fase de expansão no Estado, e apresentou um relatório da temporada de verão deste ano, quando o Estado recebeu 2.720.000 turistas, gerando uma renda de 612 milhões de dólares. Uma das novidades anunciadas por ele foi a elaboração de um programa com linhas de crédito entre R\$ 30 mil e R\$ 50 mil, a serem destinadas aos produtores rurais para estimular o agroturismo no Estado. O programa deve ser concluído nos próximos 15 dias, quando a Santur



Almeida anuncia linhas de crédito para estimular agroturismo

pretende enviar uma exposição de motivos ao governador solicitando a abertura das linhas de crédito pelo Badesc.

Porém, para garantir os recursos do Banco Mundial e dos governos federal e estadual, Santa Catarina deve melhorar sua infra-estrutura rododiferroviária, em aeroportos, portos e saneamento básico.

Ao final, a Comissão de Turismo, por proposta do deputado Francisco de Assis, decidiu realizar uma audiência

pública no dia 14 de agosto para discutir com as entidades representativas do setor a importância do turismo para o desenvolvimento econômico catarinense e para a geração de empregos no Estado. Todas as universidades de Santa Catarina que mantêm cursos de turismo ou hotelaria serão convidadas, bem como secretários municipais de turismo, agências de viagem, hoteleiros e demais entidades do setor.

Contador do Besc fala sobre balanço financeiro

O contador-geral do Besc, Domingos de Andrade, foi interrogado no início da noite desta quarta-feira na Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), a respeito do balanço daquela instituição financeira, recentemente publicado na imprensa. O depoimento foi requerido pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB) e a reunião foi acompanhada pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB) e pela deputada Ideli Salvatti (PT).

Andrade disse que trabalhou na elaboração das notas explicativas do balanço do banco, tendo sido indicado para o cargo de chefia do Departamento de Contabilidade apenas três dias antes da sua publicação. Afirmou que não houve registro da receita tributária no valor de mais de R\$ 50 milhões, por

orientação da diretoria do Besc, e que não conferia as informações que chegavam sobre as operações realizadas, apenas as consolidava no balanço.

Sobre o "registro indevido" de R\$ 100 milhões relativos a créditos já pagos como se fosse prejuízo do banco, revelou que isso ocorreu por determinação do Banco Central. Deixou de responder algumas perguntas argumentando que se tratavam de questões administrativas internas, mas frisou que "todas as informações constantes do balanço são analisadas sem questionamentos com a direção do Besc, exceto quando há evidências claras de fraudes".

Na próxima semana, serão convocados os contadores Jonas Goedert e José Antônio Kammers, que se negaram a assinar os balanços.

Defesa do Consumidor em audiência na Telesc

Por requerimento do deputado Rogério Mendonça (PMDB), parlamentares integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), estiveram nesta semana na Telesc.

Na oportunidade, o presidente da empresa, Juan Avilez, reconheceu que houve problemas na emissão de faturas de contas telefônicas devido à mudança do sistema operacional. Revelou que a Telesc possui no Estado 865 mil clientes e que a meta é chegar ao final do ano com um milhão. Prometeu providências sobre o alto valor dos impulsos, especialmente dos telefones ligados à Internet, nos quais não existe um controle rigoroso.

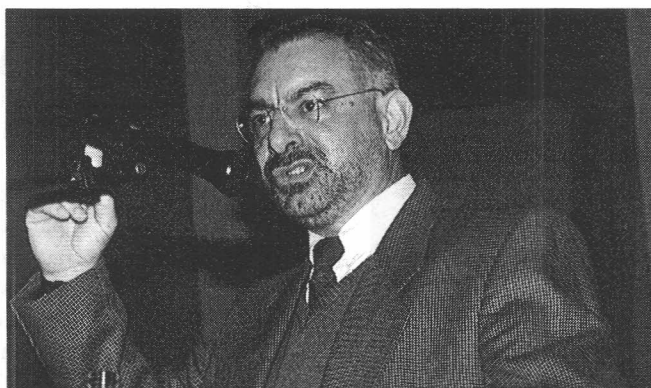
Para Duarte, a visita à Telesc foi extremamente válida, pois os parlamentares conheceram os novos sistemas e puderam cobrar transparência de seus diretores nas ações da empresa.

PLENÁRIO

Dia Mundial de Luta Antifumo

Na data em que se comemorou o "Dia Mundial de Luta Antifumo" (31), o deputado Volnei Morastoni (PT) propôs que o Governo do Estado realize estudos para promover a substituição do cultivo do fumo no Estado por outra atividade econômica. Quer que o Governo determine uma agenda de redução gradual dessa atividade e que o Executivo ampare social e economicamente as mais de 60 mil famílias de agricultores que dependem dessa cultura.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, o fumo é responsável por 90% dos casos de câncer de pulmão, 80% dos casos de enfisema pulmonar, 40% dos casos de bronquite crônica e derrame cerebral, com uma estimativa de que até o ano 2025 o cigarro matará 500



Deputado Morastoni defende substituição do cultivo do fumo

milhões de pessoas em todo o mundo. Desse total, 200 milhões serão crianças e adolescentes que começaram a fumar nessa década. No Brasil, morrem de 8 a 10 pessoas por hora em decorrência de doenças associadas ao cigarro.

Na área econômica, estima-se que para cada R\$ 1,00 de imposto arrecadado pelo governo relativo à indústria e ao

comércio do fumo, o governo gaste mais de R\$ 2,00 no tratamento de doenças por ele causadas. "É um engano pensar que a arrecadação de impostos proveniente do cigarro e similares seja proveitosa aos cofres públicos", falou.

Outro forte argumento é o impacto ambiental que causa, pois para cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é quei-

mada nos fornos a lenha que secam o fumo. Assim, quem fuma um maço de cigarros por dia sacrifica uma árvore a cada 15 dias. Os filtros de cigarro atirados em rios, mares, lagos e florestas demoram 100 anos para se degradar, e cerca de 25% de todos os incêndios são provocados por pontas de cigarros.

Volnei aproveitou para elogiar o Ministério da Saúde, que recentemente divulgou uma campanha nacional antifumo, a qual está em concordância com um projeto de lei no Congresso Nacional que proíbe a veiculação de propagandas de cigarros em outdoors, cinemas e demais meios de comunicação. "Precisamos ser mais firmes nesta luta, pois é dever do poder público promover esse debate e buscar respostas eficazes para este problema", completa.

Antônio Aguiar substitui deputado Ceron na AL

Com a efetivação do deputado Antônio Ceron (PFL) na Secretaria Extraordinária do Mercosul, o suplente Antônio Aguiar, de Canoinhas, região Norte do Estado, tomou posse ontem (1º) na vaga de Cesar Souza (PFL), licenciado por 120 dias.

Aguiar é médico ortopedista e chega à Assembleia disposto a lutar por recursos e melhorias para o Planalto Norte, sua base eleitoral, especialmente para Canoinhas. Ele foi vereador de 1988 a 1992 pelo PMDB, e agora como deputado pretende reivindicar ao Governo do Estado a inclusão de Canoinhas nas Regiões Metropolitanas e a liberação de recursos para as áreas de saneamento básico e transporte.

Em seu discurso de posse, o parlamentar destacou que o



Deputado Antônio Aguiar

Planalto Norte precisa deixar de ser considerado apenas um manancial de votos e, após a eleição, ser esquecido e ignorado pelos "líderes de ocasião" nos quais depositou confiança; precisa ser tratado com igualdade, respeito e dignidade, pois sempre contribuiu com o progresso e a exemplar organização de Santa Catarina.

Comportamento da PM

Confrontos entre populares e policiais militares nas últimas manifestações públicas em Santa Catarina justificaram o requerimento da deputada Ideli Salvatti (PT), que convocou o Procurador-Geral de Justiça do Estado para discutir na Assembleia, em data a ser marcada, o estabelecimento de processo de correção de conduta da Polícia Militar. Ideli quer esclarecimentos sobre as providências jurídicas adotadas

pela Procuradoria-Geral de Justiça à representação da Bancada do Partido dos Trabalhadores, às demais entidades sindicais e organizações do movimento popular a respeito das violências policiais ocorridas.

Para a deputada, a PM deveria estar esclarecida sobre os direitos humanos para garantir à população a livre manifestação do pensamento e das idéias, e não simplesmente reprimir.

Crédito educativo

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) enviou correspondência o Ministro da Fazenda, ao Presidente da Caixa Econômica Federal e aos representantes de Santa Catarina no Congresso Nacional pedindo que sejam reexaminados os critérios de correção e juros previstos nos contratos de financiamento do crédito educativo. Diz que de acordo com as regras vigentes e a atual conjuntura econômica, os débitos tornaram-se impagáveis.

PLENÁRIO

Ponticelli propõe agenda para matérias urgentes

O vice-líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), propôs a formação na Assembléia de uma agenda positiva priorizando matérias urgentes e inadiáveis, da qual faz parte inicialmente a Responsabilidade Fiscal e Reforma Tributária. A idéia é aproveitar o período eleitoral com menor número de sessões, para os parlamentares terem mais tempo de cuidar de outros temas fora da Casa. Inicialmente, os deputados fariam um estudo aprofundado das questões propostas, primeiro nos gabinetes e depois promovendo encontros nas oito macrorregiões catarinenses; num outro momento, as discussões envolveriam prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e candidatos às eleições municipais de outubro.

"A Assembléia, por ser uma casa política, tem a obrigação de subsidiar o



Deputado Joares Ponticelli

debate e o amplo esclarecimento sobre estes temas, que são, ainda, uma incógnita até mesmo para grande parte dos parlamentares", declarou. Quanto à

Responsabilidade Fiscal, ele lembra que as câmaras municipais deverão até o dia 30 de junho fixar os vencimentos dos prefeitos para o próximo exercício, mas que a maioria dos vereadores desconhece a legislação pertinente. Sobre a Reforma Tributária, o parlamentar recordou que durante 20 anos, independentemente de ideologias e partidos, todos os governantes terão de administrar a questão dos inativos. "A expectativa de vida vai aumentar muito e, da mesma forma, o custo da folha para atender os novos aposentados e os que irão ocupar seus lugares. Como as prefeituras vão operacionalizar isso?", questionou Ponticelli.

Pacientes com perturbação mental

Os hospitais públicos e privados deverão informar ao Poder Executivo o nome dos pacientes desacompanhados de familiares ou responsáveis que derem entrada no hospital em estado in-consciente, com perturbação mental ou impossibilidade de identificação e comunicação.

Para o autor do projeto aprovado nesta semana, deputado Gelson Sorgato (PMDB), através dessas informações, que serão repassadas ao Executivo, será possível identificar pessoas desaparecidas que, por várias situações, são submetidas ao atendimento médico de emergência. "Em muitos casos, pessoas são levadas aos hospitais sem a mínima condição de se comunicarem, até mesmo sem documentos. Na maioria das vezes, quando isso ocorre, as famílias sentem dificuldades e levam muito tempo para localizá-las", justificou.

Caixas postais

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado Francisco de Assis (PT) que dispõe sobre a proibição de implantação de caixas postais comunitárias no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece garantias à população sobre o uso dos serviços postais.

De acordo com o projeto, o poder público estadual garantirá aos cidadãos catarinenses condições de acesso aos serviços postais, com a entrega de correspondência no endereço residencial ou comercial indicado pelo remetente. Desta forma, fica vedado ao concessionário de serviços postais encarregado da distribuição domiciliar de correspondência, a utilização de caixas postais comunitárias ou quaisquer outros meios que não sejam a entrega direta no endereço mencionado nas correspondências.

Criada Política Estadual do Idoso

Aprovado projeto de lei governamental que cria a Política Estadual do Idoso, atendendo preceitos da Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que tem por objetivo assegurar a cidadania do idoso, criando condições para a garantia de seus direitos, de sua autonomia, sua integração e participação efetiva na família e na sociedade. Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa com 60 anos de idade ou mais. Trata-se de uma matéria que visa ao reordenamento das organizações governamentais, com vistas à implantação e implementação dessa política, tendo por base o que determinam as Constituições Federal, Estadual e a legislação federal específica.

Para que esse projeto de lei tivesse legitimidade, o idoso catarinense foi convidado a participar de debates públicos municipais e regionais, coordenados pelo Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) e realizados em parceria com organizações governamentais e não governamentais. Nos eventos regionais, aos quais compareceram diversas autoridades, dentre elas deputados, prefeitos e vereadores, estiveram envolvidos mais de dez mil idosos, que participaram ativamente com contribuições pessoais e provenientes dos grupos de que fazem parte.

Normas para o orçamento

Com o objetivo de criar instrumentos que garantam a aplicação correta do orçamento, foi aprovado projeto de lei de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB) que estabelece normas para a execução orçamentária. De acordo com a matéria, fica vedado ao Poder Executivo a celebração de atos visando à transferência voluntária de recursos enquanto não forem realizados os investimentos apontados pelos municípios em audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Na hipótese de já haver sido celebrado o ato, o disposto na matéria aplica-se à transferência de recursos, com exceção dos que se destinam ao cumprimento de ações continuadas nas áreas da educação e saúde.

Academia de Polícia Civil para Joinville

Aprovado o projeto de Lei de autoria do deputado João Rosa (PTB) que autoriza o Poder Executivo a instituir extensão da Academia de Polícia Civil no município de Joinville. O autor diz que a iniciativa abre oportunidades para a Secretaria da Segurança realizar a extensão dos serviços prestados por aquele órgão da Polícia Civil, como desempenho das atividades de recrutamento, seleção, formação, atualização, aperfeiçoamento e especialização do pessoal vinculado à área.

Segundo João Rosa, o município de Joinville é o mais populoso do Estado e circundado por importantes pólos industriais, o que exige uma ação mais eficaz da segurança pública, devido também a um maior volume de criminalidade.

“A medida dará melhor oportunidade e mais facilidade àqueles que desejem ingressar nos quadros da Polícia Civil e permitirá a especialização dos servidores que já pertencem aos seus quadros”, justificou o autor.

Anchieta - capital do milho crioulo

O Projeto de Lei aprovado, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), reconhece Anchieta como capital catarinense do milho crioulo, garantindo a sua produção, incentivos para a biodiversidade, criação de um banco de sementes, melhoramento do padrão genético, aumento e diversificação da produção agroecológica.

Determina ainda que a Secretaria da Agricultura

promoverá o apoio através das estruturas técnicas e de pesquisa, cabendo o apoio financeiro ao Fundo de Desenvolvimento Rural.

A Epagri dará assistência técnica a projetos desenvolvidos por agricultores familiares e pequenas agroindústrias para aumento da produção do milho crioulo, podendo realizar convênios com prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais e ONGs.

Preço de suínos

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) fez uma indicação ao Ministro da Agricultura pedindo providências para o aumento do preço pago pelos suínos no Estado de Santa Catarina. O objetivo é garantir renda líquida na comercialização da produção, permitindo a manutenção e continuidade dessa atividade, que envolve inúmeras famílias no meio rural. Segundo Nadal, para que a criação de suínos seja viável é necessá-

ria a adoção de medidas garantindo renda líquida de pelo menos 20% sobre o custo da produção. Na atual conjuntura econômica, os produtores estão trabalhando com prejuízo. Os créditos para o setor são insuficientes, pois não viabilizam a manutenção da atividade e descartam a possibilidade de cumprimento das obrigações referentes às dívidas já renegociadas com as agroindústrias e agências bancárias.

Proposições

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Superintendente da Receita Federal, solicitando que investigue a destinação indevida de mercadorias doadas à Fundação Vida, pois há denúncias de que estariam sendo desviadas para fins eleitorais.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao Governador do Estado, requerendo o fornecimento da relação de todas as contribuições e doações feitas pelo Besc Clube no período de janeiro de 2000 até a presente data, especificando o destinatário, o respectivo valor e a forma de repasse do recurso.

Deputado Adelor Vieira (sem partido) ao Secretário dos Transportes e Obras solicitando a instalação em caráter de urgência de um equipamento de fiscalização de velocidade ou uma ilha de proteção no Km-29, da BR-280, bairro Porto Grande, em Araquari.

Deputado Manoel Mota (PMDB) requerendo a realização de sessão especial da Assembléia, no dia 28 de agosto, às 16 horas, em comemoração aos 40 anos de atividade da Associação Coral de Florianópolis.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Cônsul da Itália no Brasil, solicitando a realização de estudos para a instalação de um consulado daquele país na cidade de Criciúma.

Deputado João Rosa (PTB) ao Comandante da Polícia Militar, pedindo a colocação de uma unidade móvel policial no pátio da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, no Bairro Boa Vista, em Joinville.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, indagando sobre a assistência técnica prestada pela Epagri aos produtores rurais catarinenses.

Deputado Ciro Roza (PFL) ao Chefe do 16º DNER/SC, solicitando providências para a construção de um viaduto ou passarela na travessia da BR-101, próximo ao Km -51, no Bairro Meia Praia, em Itapema.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando que os períodos de contribuição para a Previdência Social dos contribuintes em atraso sejam calculados pela últimas contribuições pagas na época, aplicando-se as devidas correções.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao Prefeito de São João do Sul, parabenizando-o pela realização da VII Festa do Colono, ocorrida no último final de semana.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao Superintendente do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) em Santa Catarina, pedindo providências para a instalação de uma repetidora daquela emissora de televisão.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Prefeito de Presidente Getúlio, cumprimentando-o pela 6ª Festa Estadual do Leite, pelo 18º Torneio Leiteiro e pela 10ª Expofeira Agropecuária, a serem realizadas de 1º a 4 de junho, desejando êxito.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a construção de um trevo na rodovia SC-446, Km- 35, acesso ao Bairro São Simão, no encontro com a Rua Venância Martinello, em Criciúma.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao Presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Tubarão, cumprimentando-o pela realização da 33ª Convenção do Comércio Lojista de Santa Catarina, acontecida de 25 a 27 deste mês.

Bancada do Partido dos Trabalhadores, requerendo a realização de reunião da Comissão de Trabalho para discutir a intervenção parlamentar na abertura de negociações com o Governo Federal, a fim de tentar solucionar o impasse da greve dos servidores públicos federais.

GERAL

CPE vai processar proprietários de postos

A partir desta segunda-feira (5), os proprietários de postos de combustíveis que não reduzirem o preço da gasolina serão processados judicialmente. Esta foi a decisão do Presidente da Comissão Parlamentar Externa, deputado Nelson Goetten (PPB), que deverá acionar o Ministério da Justiça através da Secretaria de Direito Econômico. Segundo o parlamentar, todos os postos que estiverem praticando preços abusivos serão punidos com pesadas multas diárias, a exemplo do que já vem acontecendo em Belo Horizonte.

A CPE apresentou esta semana cálculos de todos os custos que envolvem a distribuição da gasolina, desde a refinaria até o posto, e o preço deveria ficar entre R\$ 1,32 e R\$ 1,35 em todas as regiões do Estado. Para Goetten, não existe motivo para os postos, por mais longe que fiquem da base de distribuição, cobrar valor superior ao pesquisado.

ICMS - A nova base de cálculo do ICMS que incide sobre o preço da gasolina, aprovada pelo governo estadual e que começou a vigorar ontem (1º), vai garantir queda de R\$ 0,025 no valor do imposto recolhido pelos postos.

Goetten informou que a CPE vai acompanhar os preços, para assegurar que os donos de postos repassem ao consumidor a diminuição do ICMS.

Preços em queda

Em todo o Estado registra-se grande movimentação com relação às oscilações de preço. Em Florianópolis foi registrado ontem o menor preço de todo o Estado: R\$ 1,29. No Vale do Itajaí os postos revendedores dos 54 municípios já confirmaram que vão repassar aos consumidores a redução da base de cálculo do imposto. Na região de Joinville o preço da gasolina já se aproxima ao que a CPE considera "preço justo", variando de R\$

1,30 a R\$ 1,34. No entanto, em ambas as regiões não houve acerto quanto à diminuição da margem de lucro.

Na região Sul, os acordos vão mais além e muitos postos se propõem a baixar a própria margem de lucro. O mesmo vem acontecendo na região da Grande Florianópolis.

O acordo é ainda mais difícil no Oeste e Meio-Oeste do Estado, onde postos de pequenos municípios praticam preços acima de R\$ 1,55.

Na próxima semana a CPE promoverá audiências públicas em Criciúma, Lages, Blumenau, Joinville, Chapecó, São Miguel d'Oeste e Caçador, envolvendo ação direta dos municípios que poderão formar comissões de acompanhamento de preços.

Também na área das grandes distribuidoras, a CPE tem enviado correspondências pedindo a garantia de que manterão a margem de lucro de R\$ 0,05.

Audiência pública discute crise na Udesc

Greve dos professores, dívidas com o Imposto de Renda, falta de transparência na aplicação dos recursos por parte da reitoria da Udesc e a inexistência de uma política salarial foram temas de debate.

Alunos, servidores e professores da Universidade lotaram as dependências do Plenarinho nesta quarta-feira (31) para debater a crise na instituição. A iniciativa partiu da deputada Ideli Salvatti (PT), que faz parte da Comissão de Educação, presidida pelo deputado Joares

Ponticelli (PPB). Estiveram presentes à sessão o secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, e o reitor Raimundo Zumblick, que vieram debater o repasse constitucional do governo do Estado à Udesc e a possibilidade de reajuste aos docentes, em greve há três semanas na Capital e há mais de um mês em Joinville.

Falando em nome das três categorias, o professor Antônio Flávio, além de frisar que o repasse de 1,95% da receita financeira estadual não vem sendo respeitado desde 1997, criticou a falta de transparência na aplicação dos recursos por parte da reitoria e a inexistência de

uma política salarial.

O reitor lamentou a situação difícil que atravessa a universidade e questionou Vieira se o excesso de arrecadação poderia resultar em suplementação para a Udesc, o que foi negado pelo secretário, devido ao compromisso de pagar os salários atrasados dos últimos três meses de 98. Já Ideli questionou se o percentual de 1,95% incide sobre qual valor, pois insistiu que a Lei de Responsabilidade Fiscal muda o conceito de receita líquida disponível, com outras arrecadações sendo incluídas na base de cálculo.

O secretário foi taxativo ao afirmar que um reajuste neste momento seria ilegal, o que Antônio Flávio não concorda, lembrando que a Constituição garante o direito ao reajuste anual e que a negativa do Executivo trata-se de uma questão política.

A Comissão espera que até a próxima terça-feira (6) Zumblick apresente o balancete da instituição de janeiro de 99 a abril deste ano, incluindo folha de pagamento, dívidas com Imposto de Renda e Ipesc, assim como outras despesas até agora não esclarecidas.

Agenda

Dia 5, às 16h – Sessão Solene em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente requerida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB).

Local: Plenário

Dia 6, às 9h30min. – Seminário sobre Lei de Responsabilidade Fiscal

Local: Plenarinho

Dia 6, às 20h – Abertura da exposição da artista plástica Nini e lançamento de seu 8º livro "Sonhar é Não Sentir o Tempo Passar".

Local: Galeria de Arte da Assembléia